

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 10/05/2010 Edição nº 116

Santa Catarina também pensa em legalizar o bico para PMs

Depois do Distrito Federal, agora é o governo catarinense que pensa em contrariar o que determina o Ministério da Justiça. O governo do estado encomendou estudos aos órgãos de Segurança Pública sobre a possibilidade de permitir que policiais civis e militares trabalhem como seguranças de estabelecimentos comerciais e de pessoas no horário de folga, o chamado “bico”.

A ideia partiu do governador Leonel Pavan (PSDB) e, segundo informações da imprensa local, foi inspirada no trabalho observado em Orlando, durante uma viagem que ele fez aos Estados Unidos, no final do ano passado.

O problema em relação à tentativa do o governador foi a reação da população e de entidades como a Federação dos Vigilantes de Santa Catarina, que rejeitaram a proposta, exatamente como o ocorreu no Distrito Federal, onde o “bico” foi legalizado em 12 de abril, mas a PM local acabou recuando sob verdadeiro bombardeio do Ministério Público, que anunciou que recorreria à Justiça caso a decisão se mantivesse.

Alegando que “muitos dos policiais já usam a folga para fazer bicos”, Pavan adiantou as principais linhas da proposta que pretende implantar. Disse que somadas, as polícias Civil e Militar contam com 15 mil homens e alegou que muitos deles já usam a folga para fazer bicos.

De acordo com o governador, hoje os policiais trabalham um turno e descansam três. A ideia é permitir que um desses períodos possa ser reservado para serviço privado. A medida aumentaria o número de servidores da segurança pública nas ruas e transmitiria sensação de

segurança à população.

Pela proposta sugerida, os policiais trabalhariam fardados, permaneceriam submetidos às regras das corporações que integram e usariam a arma e o equipamento fornecidos pelo Estado. Em contrapartida, donos de bares, restaurantes, supermercados, lojas e demais estabelecimentos pagariam pelo serviço.

O dinheiro seria depositado num fundo a ser criado, que definiria o preço por hora do serviço, e repassaria os valores aos policiais. Pavan ainda declarou que os homens ficariam nos estabelecimentos privados ou na segurança pessoal e, ao virem um crime, atuariam como policiais. Ele considera que a proposta é uma premiação à produtividade.

O governador afirmou que durante os turnos, os policiais trabalhariam normalmente nas corporações. Pavan tem certeza que se a proposta for colocada em prática, muitos homens vão aderir porque o “bico” já é feito hoje, mesmo sendo irregular.

A empolgação do governador não se reflete nos estudos solicitados aos órgãos de Segurança. O delegado-geral da Polícia Civil, Ademir Serafim, afirmou que não há qualquer espécie de análise da proposta na corporação. O chefe de Comunicação Social da Polícia Militar, tenente-coronel João Amorim, declara que o assunto chegou a ser tratado, mas o trabalho foi suspenso.

Ele diz que o serviço foi repassado para a Secretaria de Segurança Pública. Mas a assessoria de imprensa da pasta informa que não há estudos sobre a proposta na Consultoria Jurídica. O governador afirma que o projeto também é estudado por um especialista do Senado.

E em Brasília?

Em Brasília, policial fazendo bico já é sinônimo de confusão. Na última sexta-feira, o jornal local da Rede Globo exibiu imagens de um suposto policial agredindo um rapaz que teria furtado o uma garrafa em um supermercado na cidade-satélite de Ceilândia.

O acusado empurra o rapaz e dá um tapa na cara dele. Mais alguns tapas e, em seguida, um chute na altura do rosto. Uma viatura do 8º Batalhão de Polícia

Militar chega ao local. O agressor conversa com o policial fardado e o suposto ladrão é revistado e entra no carro. O segurança vai embora.

No supermercado, nenhum funcionário quis confirmar se o suposto policial teria sido contratado ou não como segurança. O gerente do supermercado disse que não sabe quem é o rapaz, mas os comerciantes e moradores da região o reconheceram e

disseram que ele trabalha no mercado há muito tempo e que essa não foi a primeira agressão do segurança.

De todo modo, depois de muita repercussão negativa, o comando da PM de Brasília resolveu: nenhum PM da ativa pode fazer segurança particular ou trabalhar em instituições que mantenham contrato de prestação de serviço com a Polícia Militar.

Enquanto isso...

Enquanto isso, em Santa Catarina, Ministério Público, Polícia Federal e entidades de classe se manifestaram ontem contra o estudo do governo do Estado de permitir que policiais civis e militares trabalhem como seguranças privados durante a folga, o “bico”. Em um artigo, o promotor Sidney Dalabrida avisou que, se a proposta for implementada, vai questionar o assunto na Justiça.

Para ele, qualquer pessoa pode perceber que a função de um policial é inconciliável com a atividade de segurança privada. Afirmou que o período de descanso é a garantia de eficiência no trabalho. O promotor defendeu reajustes nos salários e considerou a permissão do “bico” uma tentativa de comprar o tempo livre de policiais com dinheiro da iniciativa privada.

Dalabrida falou que a proposta abre uma porta para o uso indevido dos servidores de segurança beneficiando alguns grupos. O promotor classificou de lamentável a medida porque é exigida ética no comportamento dos policiais e cria-se uma possibilidade de o serviço público se tornar o “bico”. Ele argumentou que, por interferir no descanso dos profissionais, a possibilidade afronta princípios constitucionais, incluindo o valor máximo do Estado

democrático: a dignidade humana. Em um manifesto, o delegado de Segurança Privada da Polícia Federal em Santa Catarina, Ildo Rosa, também levantou questões legais. Ele citou a Lei 7102/83, que controla a atividade de segurança privada, e a portaria federal 387/2006, que atribui à Polícia Federal a regulação do setor no País, como exemplo de legislações desrespeitadas.

Ildo declarou que as justificativas da proposta partem de uma realidade desconhecida da sociedade: a existência de tempo ocioso dos policiais. O delegado citou o impacto que a autorização do “bico” teria no setor privado.

O presidente da Federação dos Vigilantes de Santa Catarina, Matias Ribeiro, disse que são 64 mil trabalhadores no setor no Estado. Estudos da PF indicam que para cada funcionário legal há outro que trabalha ilegalmente. Com medo de perder empregos, a entidade repudiou a proposta.

Na avaliação da Associação dos Praças, a liberação do “bico” seria interessante para as empresas por ter um policial à disposição. Mas a medida atenderia a quem tem dinheiro, enquanto quem não tem, ficaria desamparado.

Com informações do DFTV e dos Jornais Diário Catarinense e A Notícia.